



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



PROJETO DE LEI Nº 094/2025

Institui a Política Municipal de Incentivo, Ordenamento e Regulamentação da Prática de Esportes Náuticos no Município de Paraty e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY aprova e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Incentivo, Ordenamento e Regulamentação da Prática de Esportes Náuticos, no âmbito de clubes esportivos, escolas náuticas, associações e projetos sociais ou comerciais estabelecidos no Município de Paraty, com o objetivo de garantir a segurança, a sustentabilidade ambiental e a organização das atividades náuticas esportivas e recreativas.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se esportes náuticos, prioritariamente, a canoa havaiana, o caiaque e a vela, sem prejuízo de outras modalidades de embarcações não motorizadas ou de propulsão humana ou eólica.

Art. 2º São objetivos da política instituída por esta Lei:

- I – fomentar a prática segura e ordenada de esportes náuticos;
- II – garantir a segurança de praticantes, banhistas e demais usuários da orla e das águas;
- III – promover o turismo náutico sustentável e de baixo impacto ambiental;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



- IV – incentivar a formação de atletas e a inclusão social por meio do esporte;
- V – preservar o meio ambiente, o patrimônio natural e a paisagem cultural de Paraty;
- VI – democratizar o acesso às praias e águas públicas;
- VII – regulamentar o uso da orla marítima, conciliando esportes náuticos, pesca artesanal, turismo e demais usos coletivos.

Art. 3º A prática de esportes náuticos organizada por clubes, escolas e projetos sociais no Município de Paraty deverá observar as seguintes condições:

- I – as embarcações deverão estar em condições de segurança, devidamente cadastradas na Prefeitura e, quando exigível, registradas perante a Capitania dos Portos;
- II – é obrigatório o uso de colete salva-vidas ou dispositivo de flutuação aprovado pela autoridade competente;
- III – as atividades deverão respeitar as áreas delimitadas e sinalizadas pelo Município em conjunto com a autoridade marítima;
- IV – é vedada a permanência prolongada de embarcações na faixa de areia, salvo o tempo estritamente necessário para embarque e desembarque.

Art. 4º Os instrutores, guias, monitores ou profissionais responsáveis pela condução de atividades náuticas coletivas deverão observar as normas de segurança estabelecidas em legislação federal.

Art. 5º As empresas, clubes, associações ou coletivos que atuem com esportes náuticos deverão:

- I – obter alvará de funcionamento perante a Prefeitura Municipal;
- II – manter cadastro atualizado junto aos órgãos municipais competentes;
- III – comprovar manutenção periódica das embarcações e equipamentos de segurança;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



IV – disponibilizar obrigatoriamente coletes salva-vidas em quantidade compatível com a lotação das embarcações.

Art. 6º Ficam estabelecidas áreas específicas para embarque e desembarque de embarcações náuticas, observadas as seguintes diretrizes:

I – em praias ou pontos de acesso com fluxo superior a 10 (dez) praticantes por grupo, deverá ser destinada área exclusiva e sinalizada para entrada e saída de embarcações;

II – É vedada a permanência prolongada de embarcações na faixa de areia. Entende-se por permanência prolongada o tempo que exceder o necessário para embarque e desembarque, salvo autorização especial para eventos previamente autorizados.

III – A Prefeitura, em conjunto com a Capitania dos Portos e com participação pública, delimitará e sinalizará áreas específicas de entrada e saída para embarcações, observando: largura mínima de passagem, marcação de faixa de uso e sinalização para banhistas.

Art. 7º. É vedada a prática de atividades que possam causar dano a manguezais, restingas, bancos de vegetação ou locais de desova de fauna, assim identificados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 8º. Atividades em zonas ambientalmente sensíveis dependerão de licenciamento ambiental prévio e condicionantes específicos.

Art. 9º Compete ao Poder Executivo Municipal a fiscalização do cumprimento desta Lei.

Art. 10º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções previstas na legislação federal e estadual:

I – advertência por escrito;

II – multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) UFIRMs;

III – apreensão da embarcação ou equipamento;

IV – suspensão temporária ou cassação do alvará de funcionamento.



Parágrafo único. A aplicação das penalidades observará processo administrativo regular, assegurado o direito de defesa e contraditório.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Paraty, cidade reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial, possui vocação natural para os esportes náuticos, em especial a canoa havaiana, o caiaque e a vela, modalidades que promovem saúde, lazer, turismo sustentável e inclusão social.

Sem regulamentação, tais práticas podem gerar riscos à segurança de banhistas bem como aos praticantes de esportes náuticos, conflitos de uso da orla e danos ambientais.

Este Projeto de Lei busca ordenar tais atividades, garantindo segurança jurídica aos clubes e projetos, valorizando o voluntariado e o empreendedorismo responsável, e fomentando o turismo esportivo de qualidade.

A proposta está em consonância com a Constituição Federal (art. 225 – meio ambiente equilibrado), com a Legislação Municipal e com as , assegurando que o desenvolvimento esportivo se dê em harmonia com a preservação ambiental e a tradição cultural de Paraty.